



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE NEÓPOLIS
CPL – Comissão Permanente e Licitação

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO n° 10/2021

JUSTIFICATIVA

A Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Neópolis, instituída pela Portaria n° 010/2021, de 06 de agosto de 2021, vem apresentar Justificativa de Inexigibilidade de Licitação para a contratação de empresa especializada em Direito de Uso do Software ERP Contabilis e seus respectivos módulos: Planejamento Orçamentário, Administrativo e Financeiro, Contabilidade e Lei 131, controle Interno, Folha de Pagamento, Gestão de Pessoal, Portal do Servidor Público, Almojarifado, Patrimônio e Portão do Cidadão (Lei de Acesso a Informação), e assinatura digital para esta Câmara Municipal.

Sabe-se que esta Câmara Municipal de Neópolis, por força da sua natureza jurídica, se sujeita ao Estatuto das Licitações e Contratos, máxime porque utiliza recursos provenientes da Fazenda Pública.

É bem de perceber, todavia, que nem sempre é necessário, ou, principalmente, possível, instaurar-se um procedimento licitatório (o que ocorre no presente caso!). A regra é licitar; no entanto, a Lei n° 8.666/93 excepciona casos em que esta é dispensável, dispensada ou inexigível.

A Legislação infraconstitucional aponta inexigibilidade, onde se deflue do *caput* do artigo 25, que é vedada a deflagração do Processo, porquanto lhe falta o requisito essencial à sua procedibilidade, ou seja, a competição, sem a qual a Licitação seria uma burla.

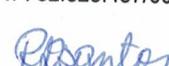
A inexigibilidade de licitação pressupõe uma situação em que esta não é viável. Ou seja, a licitação inexigível é uma obrigação, principalmente diante das circunstâncias do caso concreto e da altivez dos bens jurídicos a serem protegidos.

Assim, como se observa, a lei que rege as licitações e contratos administrativos estabelece critérios objetivos para a contratação direta. E é sob a óptica desses critérios infraconstitucionais que esta Comissão demonstrará a situação de inexigibilidade de licitação que ora se apresenta.

A Lei n° 8.666/93, em seu artigo 25, *caput*, determina que é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

Analisando-se, agora, o requisito exigido para se configurar a inexigibilidade nesses moldes, qual seja a inviabilidade, vê-se que o objeto que se pretende contratar – contratação de empresa especializada em Direito de Uso do Software ERP Contabilis e seus respectivos módulos: Planejamento Orçamentário, Administrativo e Financeiro, Contabilidade e Lei 131, controle Interno, Folha de Pagamento, Gestão de Pessoal, Portal do Servidor Público, Almojarifado, Patrimônio e Portão do Cidadão (Lei de Acesso a Informação) e assinatura digital – preenche o mesmo.

O uso de software sistema ERP CONTABILIS - Software de Gestão Pública, Módulos: Planejamento Orçamentário, Administrativo e Financeiro, Contabilidade e Lei 131, controle Interno, Folha de Pagamento, Gestão de Pessoal, Portal do Servidor Público, Almojarifado, Patrimônio e Portão do Cidadão (Lei de Acesso a Informação) e assinatura digital, é exclusividade, pois trabalha um sistema de gestão e precisa ser implantado nesta Câmara através do fornecimento da licença de uso para o mesmo; o trabalho prevê a utilização de diagramas, relatórios, gráficos, planilhas, sistematização de informações com



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE NEÓPOLIS
CPL – Comissão Permanente e Licitação

a atualização sobre dados, rotina de consolidação de informações, integração com fontes de dados heterogêneas e demais funcionalidades disponibilizadas somente por meio da automação de sistemas de informação especialistas e específicos para as respectivas áreas, integradas à área administrativa.

É imperioso ressaltar que a criação e a implantação de todo objeto em análise é de exclusividade da empresa citada abaixo e proporcionará excelência no atendimento dando celeridade, eficiência e qualidade nos trabalhos desenvolvidos por esta Câmara.

Ante ao exposto, culmina a inviabilidade de competição, o que caracteriza e autoriza a utilização do instituto da inexigibilidade de licitação, posto que a concorrência é inviável face à exclusividade da Empresa na prestação desse serviço para o fornecimento desses sistemas de caráter personalíssimo e à incapacidade de comparação objetiva.

Assim, vencido o requisito necessário para uma contratação direta nos moldes do art. 25, *caput* da Lei nº 8.666/93, vejamos, agora, as condições formais para a composição do processo de inexigibilidade de licitação.

1 - Razão da escolha do fornecedor ou executante - A escolha da empresa 3TECNOS COMERCIAL LTDA.-ME não foi contingencial. Prende-se ao fato de que ela enquadra-se, perfeitamente, no dispositivo enumerado na Lei de Licitações e Contratos, consoante o já demonstrado acima, como *conditio sine qua non* à contratação direta, além de ser a detentora da criação e licenciamento dos programas.

2 - Justificativa do preço - Os preços apresentados pela 3TECNOS COMERCIAL LTDA.-ME estão estabelecidos de acordo com os preços praticados pela mesma no mercado. Ademais, os preços apresentados pelos serviços a serem adquiridos encontram-se dentro de parâmetros aceitáveis e de acordo com os padrões de mercado estabelecidos e praticados no âmbito comercial pelas empresas de software, além do que, convém ressaltar, preços justos e dentro de parâmetros aceitáveis.

Perfaz a presente inexigibilidade o valor global estimado de R\$ 45.600,00 (quarenta e cinco mil e seiscentos reais), para o exercício 2022, sendo que as despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte classificação orçamentária:

- ✓ UO: 1001 - Câmara Municipal
- ✓ Dotação: 01.031.0008.2001 - Manutenção dos Serviços da Câmara
- ✓ Classificação de Despesa: 3390.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
- ✓ Fonte de Recursos: 15000000

Por fim, não finalmente, diante da fundamentação fático-jurídica, e:

Considerando a necessidade precípua do Poder Público em atender a legislação, cumprir com os prazos legais e manter, no Órgão Público Municipal, a organização, padronização e integração dos procedimentos de todos os setores, e a importância e a obrigatoriedade da contratação dos aludidos serviços, já que ficou comprovado que, somente através de sistemas informatizados específicos, o volume de dados, a precisão, a frequência e a qualidade das informações exigidas pela legislação poderão ser obtidas;

Considerando que a 3TECNOS COMERCIAL LTDA.-ME é a empresa que oferece uma solução completa e integrada de sistemas informatizados para a Administração Pública Municipal, observadas, neste caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantias oferecidas pela mesma;

Assinatura



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE NEÓPOLIS
CPL – Comissão Permanente e Licitação

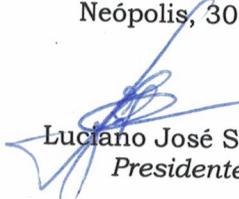
Considerando que os sistemas e serviços oferecidos pela 3TECNOS COMERCIAL LTDA.-ME representam uma alternativa pertinente, pois, já foram testados e utilizados com sucesso comprovado, não só por este Órgão Público Municipal, mas, por muitos outros. Portanto, sua contratação no uso dos sistemas e serviços demonstra eficiência por parte desta Câmara Municipal;

Considerando que a 3TECNOS COMERCIAL LTDA.-ME é a detentora dos programas e que possui equipe capacitada e infraestrutura completa para o atendimento dos servidores;

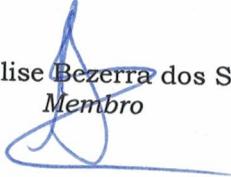
Finalmente, porém não menos importante, diante de todas as razões acima expostas, opina a Comissão Permanente de Licitação pela contratação direta dos serviços da Proponente – 3TECNOS COMERCIAL LTDA.-ME sem o precedente Processo Licitatório, *ex vi* do *caput* do art. 25 da Lei nº 8.666/93, em sua atual redação.

Ao Ilustríssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Neópolis, para apreciação e posterior ratificação desta Justificativa, após o que deverá ser publicada na imprensa oficial, em obediência ao *caput* do artigo 26 da mesma norma jurídica susoaludida.

Neópolis, 30 de dezembro de 2021.


Luciano José Santos Chaves
Presidente da CPL


Rosineide Dias Santos
Secretária


Joyce Melise Bezerra dos Santos
Membro



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE NEÓPOLIS



TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo nº 10/2021

Considerando as informações, pareceres, documentos e despachos contidos nos autos do processo em epígrafe, **RATIFICO** a presente Inexigibilidade de Licitação, após reconhecida pela Procuradoria Jurídica desta Casa Legislativa, para contratar junto à empresa 3Tecnos Comercial Ltda CNPJ 23.821.789/0001-47, visando a contratação de empresa especializada em Direito de Uso do Software ERP Contabilis e seus respectivos módulos: Planejamento Orçamentário, Administrativo e Financeiro, Contabilidade e Lei 131, controle Interno, Folha de Pagamento, Gestão de Pessoal, Portal do Servidor Público, Almoxarifado, Patrimônio e Portão do Cidadão (Lei de Acesso a Informação) e assinatura digital, para esta Câmara Municipal, para o exercício 2022.

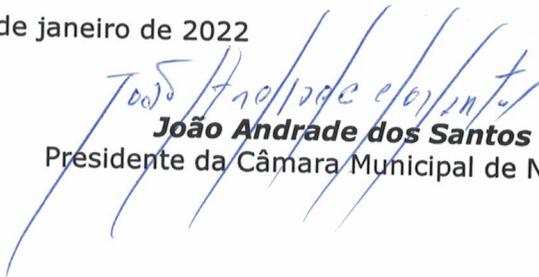
Essa ratificação se fundamenta no art. 25, inc. II, c/c art. 13, inc. III e art. 26, *caput* e parágrafo único, incs. II e III, todos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em sua edição atualizada.

O valor global do contrato a ser celebrado é de R\$45.600,00 (quarenta e cinco mil e seiscentos reais) com vigência pelo prazo de até 31 de dezembro de 2022, contados da data de sua assinatura, e que será pago conforme dotação orçamentária específica, a saber:

- ✓ UO: 1001 – Câmara Municipal
- ✓ Dotação: 01.031.0008.2001 – Manutenção dos Serviços da Câmara
- ✓ Classificação de Despesa: 3390.40.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica
- ✓ Fonte de Recursos: 15000000

Ao Setor de Licitações para confecção do extrato para publicação da presente ratificação, nos termos do art. 26, *caput*, da Lei nº 8666/93, para que produza seus efeitos legais.

Neópolis – SE, 03 de janeiro de 2022


João Andrade dos Santos
Presidente da Câmara Municipal de Neópolis